



**TATIANA DE LIMA NÓBREGA  
MAURÍCIO ROBERTO DE SOUZA BENEDITO**

# **O REGIME PREVIDENCIÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO**

**DE ACORDO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL  
103/2019 REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

**ABONO DE PERMANÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO | CÁLCULO PARA  
ACUMULAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | REGIME DE PREVIDÊNCIA  
COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS | SISTEMA DE PROTEÇÃO  
SOCIAL DOS MILITARES | PEC PARALELA E REFORMA DOS ENTES  
SUBNACIONAIS | LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL | EXEMPLOS PRÁTICOS**

2021 © Editora Foco

**Autores:** Tatiana de Lima Nóbrega e Maurício Roberto de Souza Benedito

**Diretor Acadêmico:** Leonardo Pereira

**Editor:** Roberta Densa

**Assistente Editorial:** Paula Morishita

**Revisora Sênior:** Georgia Renata Dias

**Revisão:** Daniela Malheiros Jerez

**Capa Criação:** Leonardo Hermano

**Diagramação:** Ladislau Lima

**Impressão miolo e capa:** FORMA CERTA

1190484

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

---

N754r

Nóbrega, Tatiana

Regime Previdenciário do Servidor Público / Tatiana Nóbrega, Maurício Benedito.  
- Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2021.

352 p. ; 17cm x 24cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5515-220-3

1. Direito. 2. Direito previdenciário. 3. Regime Previdenciário. 4. Servidor Público. I. Benedito, Maurício. II. Título.

2021-535

CDD 341.67

CDU 34:368.4

---

**Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410**

**Índices para Catálogo Sistemático:**

1. Direito previdenciário 341.67      2. Direito previdenciário 34:368.4

Impresso no Brasil (02.2021)    Data de Fechamento (02.2021)

**DIREITOS AUTORAIS:** É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das legislações que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

**NOTAS DA EDITORA:**

**Atualizações:** A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

**Bônus ou Capítulo On-line:** Excepcionalmente, algumas obras da editora trazem conteúdo no *on-line*, que é parte integrante do livro, cujo acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

**Erratas:** A Editora se compromete a disponibilizar no site [www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br), na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br). O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

**2021**

Todos os direitos reservados à  
Editora Foco Jurídico Ltda.

Avenida Itororó, 348 – Sala 05 – Cidade Nova  
CEP 13334-050 – Indaiatuba – SP

E-mail: [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br)  
[www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br)

# SUMÁRIO

---

SOBRE OS AUTORES.....	III
PREFÁCIO .....	IX
LISTA DE SIGLAS.....	XI
APRESENTAÇÃO.....	XIII
CAPÍTULO 1 ~ A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA – NOÇÕES BÁSICAS.....	1
1.1 Aspectos conceituais e definição .....	1
1.2 Evolução histórico-normativa .....	4
1.3 Competência legislativa .....	7
1.4 Regimes previdenciários e seus segurados .....	9
1.4.1 Previdência social pública e seus regimes .....	9
1.4.1.1 O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) .....	10
1.4.1.2 O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) .....	10
1.4.2 A previdência privada e o regime de previdência complementar (RPC).....	13
1.4.2.1 Previdência complementar aberta .....	13
1.4.2.2 Previdência complementar fechada .....	13
1.5 Benefícios previdenciários.....	14
1.5.1 Definição e espécies.....	14
1.5.2 Classificação dos benefícios da previdência social .....	15
1.5.2.1 Benefícios de risco e benefícios programáveis .....	15
1.5.2.1.1 Benefícios de risco .....	15
1.5.2.1.2 Benefícios programáveis .....	16
1.5.2.2 Benefícios voluntários e involuntários .....	16
1.5.2.2.1 Benefícios involuntários .....	16
1.5.2.2.2 Benefícios voluntários.....	17
1.5.2.3 Benefícios definidos, de contribuição definida e mistos .....	17
1.5.2.3.1 Benefícios definidos .....	17
1.5.2.3.2 Benefícios de contribuição definida .....	17

1.5.2.3.3	Benefícios mistos .....	17
1.5.2.4	Benefícios de prestação indeterminada e benefícios de prestação predeterminada .....	18
1.5.2.4.1	Benefícios de prestação indeterminada .....	18
1.5.2.4.2	Benefícios de prestação predeterminada .....	18
1.5.2.5	Benefícios de repartição simples, de capitalização e de repartição de capital de cobertura .....	18
1.5.2.5.1	Benefício de repartição simples .....	18
1.5.2.5.2	Benefício de capitalização .....	19
1.5.2.5.3	Benefício de repartição de capital de cobertura .....	19
1.6	Histórico das reformas previdenciárias – as Emendas à CR/88: ECS 20/1998, 41/2003, 47/2005, 70/2012, 88/2015 e 103/2019.....	19
1.6.1	A EC 20/1998 .....	21
1.6.2	A EC 41/2003 .....	23
1.6.3	A EC 47/2005 .....	25
1.6.4	A EC 70/2012 .....	26
1.6.5	A EC 88/2015 .....	26
1.6.6	A EC 103/2019 .....	27
CAPÍTULO 2 – PRINCÍPIOS NORTEADORES DO RPPS.....		29
2.1	Fundamento constitucional do RPPS – o <i>caput</i> do art. 40 da CR/88 .....	29
2.2	Princípio da contributividade .....	30
2.2.1	A contributividade com a EC 103/2019 .....	31
2.2.1.1	A contribuição previdenciária do RPPS da União .....	32
2.2.1.1.1	Exemplos do cálculo do valor da contribuição previdenciária com alíquotas progressivas – servidor público federal em atividade .....	34
2.2.1.1.2	Exemplos do cálculo do valor da contribuição previdenciária com alíquotas progressivas – aposentado ou pensionista do RPPS da União .....	36
2.2.1.1.3	Fim da isenção do aposentado e do pensionista do RPPS da União portador de doença incapacitante .....	38
2.2.1.2	A contribuição previdenciária do RPPS dos Estados, do DF e dos Municípios .....	39
2.3	Princípio do equilíbrio financeiro e atuarial .....	42
2.3.1	O equilíbrio financeiro e atuarial com a EC 103/2019 .....	42

2.3.1.1	Da possibilidade de ampliação da base de cálculo de contribuição do aposentado e do pensionista – § 1º-A do art. 149 da CR/88 .....	44
2.3.1.1.1	Da possibilidade de ampliação da base de cálculo de contribuição do aposentado e do pensionista da União.	44
2.3.1.1.2	Da possibilidade de ampliação da base de cálculo de contribuição do aposentado e do pensionista dos Estados, do DF e dos Municípios.....	45
2.3.1.2	Da possibilidade de instituição de contribuição extraordinária – §§ 1º-B e 1º-C do art. 149 da CR/88 .....	46
2.3.1.2.1	Da possibilidade de instituição de contribuição extraordinária pela União.....	47
2.3.1.2.2	Da possibilidade de instituição de contribuição extraordinária pelos Estados, DF e Municípios.....	47
2.4	Princípio da solidariedade .....	48
<b>CAPÍTULO 3 – AS APOSENTADORIAS DO RPPS – REGRAS DE ACESSO, FORMA DE CÁLCULO E DE REAJUSTAMENTO.....</b>		<b>51</b>
3.1	Proventos de aposentadoria – forma de cálculo e reajustamento: retrospectiva constitucional .....	51
3.2	Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho .....	55
3.2.1	A aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho do servidor público da União .....	56
3.2.2	A aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho dos servidores públicos dos Estados, do DF e dos Municípios que não modificaram sua legislação .....	60
3.2.3	Exemplos de aposentadoria por incapacidade permanente do servidor público federal .....	63
3.2.4	Exemplos de aposentadoria por incapacidade permanente (invalidez) do servidor público dos Estados, do DF e dos Municípios que não modificaram sua legislação .....	65
3.3	Aposentadoria compulsória .....	66
3.3.1	Aposentadoria compulsória do servidor público da União.....	67
3.3.2	Aposentadoria compulsória do servidor público dos Estados, do DF e dos Municípios que não modificaram sua legislação.....	69
3.3.3	Exemplos de aposentadoria compulsória do servidor público federal.....	70
3.3.4	Exemplos de aposentadoria compulsória do servidor público dos Estados, do DF e dos Municípios que não modificaram sua legislação .....	72
3.4	Aposentadoria voluntária.....	72

3.4.1	Aposentadoria voluntária do servidor público da União.....	74
3.4.2	Aposentadoria voluntária do servidor público dos Estados, do DF e dos Municípios que não modificaram sua legislação.....	76
3.4.2.1	Aposentadoria voluntária dos servidores públicos dos Estados, do DF e dos Municípios que ingressaram no serviço público após 31 de dezembro de 2003 .....	76
3.4.2.2	Aposentadoria voluntária dos servidores públicos dos Estados, do DF e dos Municípios que ingressaram no serviço público após 16 de dezembro de 1998 e até 31 de dezembro de 2003 .....	78
3.4.2.3	Aposentadoria voluntária dos servidores públicos dos Estados, do DF e dos Municípios que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998 .....	79
3.4.3	Exemplos de aposentadoria voluntária do servidor público da União .....	82
3.4.4	Exemplos de aposentadoria voluntária do servidor público dos Estados, do DF e dos Municípios que não modificaram sua legislação .....	83
CAPÍTULO 4 – AS APOSENTADORIAS ESPECIAIS DO RPPS – REGRAS DE ACESSO, FORMA DE CÁLCULO E DE REAJUSTAMENTO .....		85
4.1	Histórico das aposentadorias especiais na Constituição da República .....	85
4.2	Aposentadoria do servidor com deficiência .....	87
4.2.1	A aposentadoria especial do servidor público federal com deficiência .....	88
4.2.2	A aposentadoria do servidor com deficiência dos Estados, do DF e dos Municípios que não editaram leis específicas.....	90
4.2.3	Exemplos de aposentadoria especial do servidor com deficiência da União (caput do art. 22 da EC 103/2019).....	90
4.3	Aposentadoria especial dos policiais e dos agentes penitenciários e socioeducativos .....	93
4.3.1	A aposentadoria especial dos policiais e agentes penitenciários e socioeducativos da União.....	94
4.3.2	A aposentadoria especial do policial civil dos Estados e dos agentes penitenciários e socioeducativos dos Estados e do DF .....	96
4.3.3	Exemplos de aposentadoria especial dos policiais e agentes penitenciários e socioeducativos da União (inciso I do § 2º do art. 10 da EC 103/2019) ....	97
4.3.4	Exemplos de aposentadoria especial do policial civil dos Estados que não editaram leis específicas (aplicação da LC 51/1985).....	99
4.4	Aposentadoria especial pelo exercício de atividades com efetiva exposição a agentes nocivos .....	101

4.4.1	A aposentadoria especial pelo exercício de atividades com efetiva exposição a agentes nocivos do servidor da União .....	102
4.4.2	A aposentadoria especial pelo exercício de atividades com efetiva exposição a agentes nocivos do servidor dos Estados, do DF e dos Municípios ....	104
4.4.3	Exemplos de aposentadoria especial pelo exercício de atividades com efetiva exposição a agentes nocivos do servidor da União (inciso II do § 2º do art. 10 da EC 103/2019) .....	105
4.5	Aposentadoria especial do professor da educação infantil e do ensino fundamental e médio .....	106
4.5.1	A aposentadoria especial do professor da Educação Básica da União .....	107
4.5.2	A aposentadoria especial do professor da Educação Básica dos Estados, do DF e dos Municípios que não modificaram sua legislação .....	109
4.5.2.1	Aposentadoria voluntária dos professores da Educação Básica dos Estados, do DF e dos Municípios que ingressaram no serviço público após 31 de dezembro de 2003.....	109
4.5.2.2	Aposentadoria voluntária dos professores da Educação Básica dos Estados, do DF e dos Municípios que ingressaram no serviço público após 16 de dezembro de 1998 e até 31 de dezembro de 2003 .	111
4.5.2.3	Aposentadoria voluntária dos professores da Educação Básica dos Estados, do DF e dos Municípios que ingressaram no serviço público até de 16 de dezembro de 1998 .....	112
4.5.3	Exemplos de aposentadoria especial do professor da União (inciso III do § 2º do art. 10 da EC 103/2019) .....	114
4.5.4	Exemplos de aposentadoria voluntária do servidor público dos Estados, do DF e dos Municípios que não modificaram sua legislação (§ 7º do art. 10 da EC 103/2019) .....	115
CAPÍTULO 5 – PENSÃO POR MORTE DOS SEGURADOS DO RPPS .....		117
5.1	Histórico e fundamento constitucional .....	117
5.2	Pensão por morte do segurado do RPPS da união .....	118
5.2.1	Cotas familiares e individuais .....	119
5.2.2	Exemplos de cálculo da pensão por morte do servidor federal .....	119
5.2.3	Irreversibilidade das cotas individuais.....	122
5.2.4	Pensão por morte do dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave.....	124
5.2.4.1	Exemplos de cálculo da pensão por morte do dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave .....	124

5.2.4.2	Irreversibilidade da cota do dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave e recálculo da pensão .....	128
5.2.5	Convergência entre o RGPS e o RPPS da União (Lei 8.213/1991) .....	129
5.2.5.1	Rol de dependentes do segurado do RPPS da União .....	129
5.2.5.2	Duração da pensão por morte do cônjuge ou companheiro do segurado do RPPS da União .....	132
5.2.6	Pensão por morte de policial decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função .....	133
5.2.7	Reajustamento da pensão por morte do segurado do RPPS da União .....	134
5.3	Pensão por morte do servidor público dos Estados, do DF e dos Municípios que não modificaram sua legislação .....	134
5.3.1	Forma de cálculo e reajustamento da pensão .....	135
5.3.2	Exemplos de cálculo da pensão por morte do servidor dos Estados, do DF e dos Municípios que não modificaram sua legislação .....	136
CAPÍTULO 6 – ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....		139
6.1	Vedação de acumulação de benefícios previdenciários .....	139
6.1.1	Vedação de percepção de mais de uma aposentadoria pelo RPPS.....	139
6.1.2	Vedação de percepção de mais de uma pensão por morte no âmbito do mesmo regime de previdência social .....	142
6.2	Acumulações permitidas de benefícios previdenciários .....	143
6.2.1	Acumulação de pensão por morte de regimes previdenciários distintos ....	143
6.2.2	Acumulação de pensão por morte de um regime de previdência social com proventos de aposentadoria ou de inatividade de militares.....	143
6.2.3	Acumulação de aposentadoria do RGPS ou do RPPS com pensões decorrentes das atividades dos militares .....	144
6.2.4	Acumulação dos benefícios: cálculo da percepção dos valores .....	145
6.2.4.1	Exemplos de cálculo de benefícios em acumulação.....	146
6.2.4.2	Possibilidade de revisão do cálculo dos benefícios percebidos em acumulação .....	148
6.2.4.3	Direito adquirido à acumulação integral dos benefícios.....	149
CAPÍTULO 7 – ABONO DE PERMANÊNCIA .....		155
7.1	Abono de permanência – definição, natureza e finalidade .....	155
7.2	Abono de permanência – histórico constitucional .....	156

7.3	Abono de permanência do servidor público da União.....	159
7.3.1	Abono de permanência concedido pela regra do direito adquirido do servidor público federal .....	159
7.3.2	Abono de permanência do servidor público federal concedido pelas regras de transição e pela regra do art. 22 da EC 103/2019 .....	160
7.4	Abono de permanência dos servidores dos Estados, do DF e dos Municípios .....	161
7.4.1	Abono de permanência pelo cumprimento das regras da aposentadoria voluntária da alínea “a” do inciso III do § 1º do art. 40 da CR/88 .....	161
7.4.2	Abono de permanência pelo cumprimento da regra de transição do art. 2º da EC 41/2003 .....	162
7.4.3	Abono de permanência pela regra de direito adquirido do § 1º do art. 3º da EC 41/2003 .....	163
7.4.4	Abono de permanência pelas regras de transição do art. 6º da EC 41/2003 e pelo art. 3º da EC 47/2005 .....	163
 <b>CAPÍTULO 8 – AS REGRAS DE TRANSIÇÃO DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO .....</b>		<b>165</b>
8.1	Regra de transição do servidor público federal – sistema de pontos.....	165
8.1.1	Cálculo dos proventos e critérios de reajustamento .....	167
8.1.2	Abono de permanência.....	170
8.1.3	Exemplos de aposentadoria pela regra dos pontos (passo a passo).....	170
8.2	Regra de transição do servidor público federal – pedágio constitucional .....	181
8.2.1	Cálculo dos proventos e critérios de reajustamento .....	182
8.2.2	Abono de permanência.....	184
8.2.3	Exemplos de aposentadoria pela regra do pedágio (passo a passo).....	184
8.3	As regras de transição dos servidores dos Estados, DF e Municípios que não modificaram sua legislação interna .....	189
 <b>CAPÍTULO 9 – AS REGRAS DE TRANSIÇÃO DAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS .....</b>		<b>191</b>
9.1	Regras de transição do professor da educação básica da União .....	191
9.1.1	Regra dos pontos .....	191
9.1.1.1	Cálculo dos proventos e critérios de reajustamento .....	194
9.1.1.2	Abono de permanência .....	196
9.1.1.3	Exemplos de aposentadoria pela regra dos pontos (passo a passo) .....	196
9.1.2	Regra do pedágio constitucional .....	207

9.1.2.1	Cálculo dos proventos e critérios de reajustamento .....	208
9.1.2.2	Abono de permanência .....	210
9.1.2.3	Exemplos de aposentadoria pela regra do pedágio (passo a passo) .....	210
9.1.3	As regras de transição dos professores da Educação Básica dos Estados, DF e Municípios que não modificaram sua legislação interna .....	214
9.2	A regra de transição do servidor público federal que exerce atividades com efetiva exposição a agentes nocivos .....	215
9.2.1	Cálculo dos proventos e critérios de reajustamento .....	217
9.2.2	Abono de permanência .....	218
9.2.3	Exemplos da regra de transição da aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos do servidor da União (passo a passo) .....	218
9.2.4	As regras de transição dos servidores que exercem atividades nocivas dos Estados, DF e Municípios que não editaram leis específicas .....	223
9.3	As regras de transição do policial civil, do agente socioeducativo e do agente penitenciário da união.....	224
9.3.1	Regra sem pedágio constitucional .....	224
9.3.2	Regra do pedágio constitucional .....	225
9.3.3	Abono de permanência .....	226
9.3.4	Cálculo dos proventos e critério de reajustamento .....	226
9.3.5	Exemplos de aposentadoria especial pelo art. 5º da EC 103/2019.....	226
9.3.6	Aposentadoria especial do policial civil dos Estados e dos agentes penitenciários e socioeducativos dos Estados e do DF que não editaram leis específicas (aplicação da LC 51/1985) .....	228
 CAPÍTULO 10 – DIREITO ADQUIRIDO À APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO .....		 231
10.1	Direito adquirido na EC 103/2019 .....	232
10.2	Direito adquirido dos servidores públicos à aposentadoria voluntária normal.....	232
10.2.1	Direito adquirido dos servidores que ingressaram no serviço público após 31 de dezembro de 2003 e até 13 de novembro de 2019.....	233
10.2.2	Direito adquirido dos servidores que ingressaram no serviço público após 16 de dezembro de 1998 e até 31 de dezembro de 2003 .....	234
10.2.3	Direito adquirido dos servidores que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998 .....	235
10.2.4	Exemplos de direito adquirido do servidor público .....	238

10.3	Direito adquirido dos professores da educação básica à aposentadoria voluntária especial .....	239
10.3.1	Aposentadoria voluntária dos professores da Educação Básica da União que ingressaram no serviço público após 31 de dezembro de 2003 e até 13 de novembro de 2019 .....	239
10.3.2	Aposentadoria voluntária dos professores da Educação Básica da União que ingressaram no serviço público após 16 de dezembro de 1998 e até 31 de dezembro de 2003.....	241
10.3.3	Aposentadoria voluntária dos professores da Educação Básica da União que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998 .....	242
10.3.4	Exemplos de direito adquirido do professor da Educação Básica da União	244
10.4	Direito adquirido dos servidores policiais da segurança pública da união.....	244
10.4.1	Exemplos de direito adquirido do policial civil da União (aplicação da LC 51/1985) .....	246
10.5	Abono de permanência na regra do direito adquirido .....	246
<b>CAPÍTULO 11 – REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS TITULARES DE MANDATO ELETI-VO .....</b>		<b>249</b>
11.1	Histórico dos titulares de mandato eletivo na Constituição da República .....	249
11.1.1	Os titulares de mandato eletivo no texto original da CR/88 .....	249
11.1.2	Alterações relativas aos titulares de mandato eletivo promovidas pelas Emendas Constitucionais .....	250
11.1.2.1	Os titulares de mandato eletivo na EC 103/2019 .....	251
11.2	Regime de previdência dos parlamentares do Congresso Nacional .....	252
11.2.1	Vedação de ingresso de novos segurados no PSSC e a regra de transição para os atuais segurados .....	254
11.2.1.1	Exemplos de aplicação da regra de transição para os parlamentares vinculados ao PSSC.....	255
11.3	Regime de previdência dos parlamentares dos entes subnacionais .....	257
<b>CAPÍTULO 12 – O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES .....</b>		<b>259</b>
12.1	Os militares no texto original da CR/88 .....	259
12.2	Alterações relativas aos militares promovidas pelas Emendas Constitucionais .....	259
12.2.1	Os militares na EC 103/2019.....	260
12.3	Sistema de proteção social dos militares das forças armadas.....	261

12.3.1	Inatividade dos militares das Forças Armadas .....	261
12.3.1.1	Transferência para a reserva remunerada dos militares das Forças Armadas .....	261
12.3.1.1.1	Regra de transição quanto à transferência para a reserva remunerada dos militares das Forças Armadas.....	263
12.3.1.1.2	Exemplos de aplicação da regra de transição quanto à transferência para a reserva remunerada dos militares das Forças Armadas.....	265
12.3.1.1.3	Do direito adquirido à transferência para a reserva remunerada.....	267
12.3.1.2	Reforma dos militares das Forças Armadas .....	267
12.3.2	Pensão dos militares das Forças Armadas.....	267
12.3.2.1	Os beneficiários da pensão dos militares das Forças Armadas.....	268
12.3.2.2	Cálculo e reajustamento da pensão dos militares das Forças Armadas.....	269
12.3.3	A contribuição dos militares e pensionistas das Forças Armadas para o custeio da pensão militar.....	270
12.4	Sistema de proteção social dos militares dos Estados e do DF .....	271
12.4.1	Do direito adquirido .....	272
12.4.2	Inatividade dos militares dos Estados e do DF .....	273
12.4.2.1	Regra de transição quanto à transferência para a reserva remunerada dos militares dos Estados e do DF .....	274
12.4.2.1.1	Exemplos de aplicação da regra de transição quanto à transferência para a reserva remunerada dos militares dos Estados e do DF .....	275
12.4.3	Pensão dos militares dos Estados e do DF .....	277
12.4.4	A contribuição dos militares e pensionistas dos Estados e do DF para o custeio da inatividade e das pensões.....	279
12.4.5	Considerações finais sobre os militares dos Estados e do DF .....	282
CAPÍTULO 13 – REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....		283
13.1	Breve introdução ao regime de previdência complementar .....	283
13.1.1	As Entidades Fechadas de Previdência Complementar .....	284
13.1.2	Legislação infraconstitucional e estrutura de regulação e fiscalização da previdência complementar fechada .....	285

13.2 Breve histórico da previdência complementar dos servidores públicos na CR/88 .	286
13.3 A previdência complementar dos servidores públicos em face da Emenda Constitucional 103/2019 .....	289
13.4 Alternativas dos entes federativos para a instituição do RPC .....	291
<b>CAPÍTULO 14 – OS ENTES SUBNACIONAIS E A DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO DAS REGRAS DE ACESSO E CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS.....</b>	<b>295</b>
14.1 Breve contextualização da Reforma Previdenciária de 2019 .....	295
14.2 A PEC paralela .....	296
14.3 Reforma previdenciária dos entes subnacionais .....	297
14.3.1 Alterações nos RPPS dos entes subnacionais com prazo estabelecido .....	298
<b>ANEXO 1 – EC 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 .....</b>	<b>301</b>
<b>ANEXO 2 – PEC 133, DE 2019 .....</b>	<b>315</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>321</b>